



Responsabilidade socioambiental na indústria químico-farmacêutica

Social-environmental responsibility in the chemical-pharmaceutical industry

Recebido em 03/06/2011

Aceito em 22/07/2011

Luciana Freitas dos Santos* & João Vicente de Assunção

Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos, São Caetano do Sul, São Paulo, Brasil

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo levantar os fatos históricos que levaram as Indústrias Químico-Farmacêuticas a ter o envolvimento com a responsabilidade socioambiental, bem como verificar quais são as ferramentas de gestão utilizadas pelo setor. Foi realizada pesquisa exploratória em empresas do setor químico-farmacêutico, da cidade de São Paulo, empresas essas que apresentam atividade de produção industrial na região, e foi observado o posicionamento delas frente à responsabilidade socioambiental e com relação à questão de gestão ambiental. Das empresas pesquisadas foi selecionado um caso para estudo mais aprofundado, onde foram realizadas entrevistas e análise documental. Pode-se verificar que empresas que possuem certificações e sistemas de gestão ambiental bem estabelecidos, são mais abertas a fornecer informações referentes à sua prática de responsabilidade socioambiental, e com interesse em divulgar o seu trabalho externamente, pois acreditam que a prática de responsabilidade socioambiental traz benefícios aos negócios da empresa.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental; gestão ambiental, indústria farmacêutica

ABSTRACT

The present study is aimed at surveying the historical facts that led the Chemical-Pharmaceutical Industry to have involvement with social environmental responsibility and to check what management tools are being used by industry. An exploratory research was performed in chemical-pharmaceutical companies in the city of Sao Paulo, which are companies that have industrial production activities in this region, and noticed that the criteria used by them facing the social environmental responsibility and the issue of environmental management. One out of the companies surveyed was selected for a further case study, by means of personal interviews and document analysis. It can be seen that companies that have certifications and environmental management systems, well established, are more open to providing information about its practice of social environmental responsibility, and with interest in publishing their work externally because they believe that the practice of social environmental responsibility brings beneficial to the company's business.

Keywords: Social environmental responsibility, environmental management, chemical-pharmaceutical industry

INTRODUÇÃO

A responsabilidade social das empresas se tornou um dos temas de gestão empresarial, mais debatidos e propagados, constituindo uma variável importante na estratégia competitiva das empresas e na avaliação do seu desempenho. As companhias de sucesso serão cada vez mais pressionadas a olhar intensamente o impacto das suas operações dentro e fora de suas paredes institucionais e, cuidadosamente, verificar os impactos de suas políticas e ações em seus empregados, clientes, comunidades, na sociedade como um todo, e no ambiente em que vivemos (Vilela & Demajovoric, 2006).

O tema Responsabilidade socioambiental (RSA) ainda é recente e entrou na agenda internacional mais firmemente nas últimas décadas do século passado. Desenvolvimento sustentável tornou-se uma fórmula utilizada para expressar esta necessidade de manter o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental.

Segundo Veiga (2007), responsabilidade socioambiental em uma empresa é ter a ética como compromisso e o respeito como atitudes nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, governo e meio

* **Contato:** Luciana Freitas dos Santos, Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos, São Caetano do Sul, CEP: 09580-900, São Paulo, Brasil, e-mail: lucianafreitas_1103@globocom

ambiente.

A partir dos anos 90, um grande número de ferramentas, como certificações socioambientais, movimentos e campanhas foram criados em várias partes do mundo com o objetivo de consolidar conceitos como responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, traduzindo-os em práticas de gestão.

O HISTÓRICO DE AÇÕES DO ENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

Pode-se dizer que o movimento ambientalista teve o grande marco de preocupação ambiental em 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, que teve por objetivo conscientizar os países sobre a importância da conservação ambiental como fator fundamental para a manutenção da espécie humana. Segundo Mebratu (1998), a conferência reconheceu a importância do gerenciamento ambiental e o uso da avaliação ambiental como uma ferramenta de gestão e representou um grande passo para o desenvolvimento do conceito de desenvolvimento sustentável.

Os acidentes ambientais foram também os grandes responsáveis pela conscientização da necessidade de se ter uma política ambiental; um acidente significativo para a indústria foi o de Bhopal, na Índia em dezembro de 1984, onde cerca de 40 toneladas de metilisocianato e outros gases tóxicos vazaram da fábrica de agrotóxicos de uma grande multinacional química norteamericana. Relata-se que foi o pior desastre químico da história. A morte de inocentes civis em Bhopal chocou o mundo e provocou mudanças no comportamento da indústria. Depois deste desastre, a legislação ambiental e de segurança química em muitos países ricos ficou mais rigorosa e o setor, em 1985, desenvolveu códigos de conduta, como o programa Responsible Care® chamado no Brasil de Atuação Responsável® (Greenpeace, 2010).

Responsible Care® é uma iniciativa global e voluntária da indústria química em que as empresas, através de suas associações nacionais, trabalham juntas para melhorar continuamente a sua saúde, segurança e desempenho ambiental, e se comunicar com as partes interessadas sobre seus produtos e processos, na fabricação e fornecimento de produtos acessíveis e seguros para que tragam assim benefícios reais para a sociedade.

O programa Atuação Responsável® foi adotado pela Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM) em abril de 1992, e posteriormente a indústria químico-farmacêutica também aderiu a este programa. (Atuação Responsável, 2011).

Em 1987 foi divulgado o “Relatório Brundtland”, mais conhecido como Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, órgão criado pela Organização das Nações Unidas (ONU). O relatório apresentou um novo conceito denominado Desenvolvimento Sustentável, que se tornou mundialmente conhecido e que veio a ser o ponto de partida na compreensão do vínculo entre desenvolvimento e meio ambiente: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (Frey & Camargo, 2003; Jacobi,

1999; Barbieri, 2004). A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1992, e marcou o início da fase atual das discussões ambientalistas acerca da gestão ambiental global. Esse evento contou com a participação de 178 países e a aprovação de documentos importantes relativos aos problemas socioambientais globais.

Segundo Vinha (2004), embora as origens do ambientalismo global remontem há mais de duas décadas e de suas premissas básicas terem sido constituídas a partir da Conferência de Estocolmo, o marco histórico ocorreu efetivamente durante a preparação da Rio 92. Essa conferência representou o resultado de um processo de discussão, registrando incontáveis manifestações a favor da sustentabilidade ambiental, com contribuições a diversas áreas do conhecimento humano. A Agenda 21, uma das principais contribuições desta fase, apresenta recomendações específicas para os diferentes níveis de atuação do internacional ao organizacional - sindicatos, empresas, organizações não governamentais (ONGs), instituições de ensino e pesquisa, etc. - sobre assentamentos humanos, erradicação da pobreza, desertificação, água doce, oceanos, atmosfera, poluição e outras questões socioambientais constantes em diversos relatórios, tratados, protocolos e outros documentos elaborados durante décadas pela ONU e outras entidades globais e regionais.

Outro grande evento que marcou esta discussão, a respeito dos problemas de cunho ambientalista foi o Protocolo de Kyoto, aprovado em 1997. O objetivo do Protocolo era reduzir, entre os anos de 2008 e 2012, em média 5,2 % as emissões à atmosfera dos seis gases ou grupo de gases que provocam o efeito estufa: dióxido de carbono, metano, óxido nítrico, hidrofluorcarbonetos, perfluorcarbonetos e o hexafluoreto de enxofre (Barsa, 2005, Apud Hagihara, 2007)

Representantes de governos de mais de 150 países, grandes empresas, associações setoriais, organizações não governamentais, milhares de pessoas, entre elas delegações e jornalistas do mundo inteiro, reuniram-se no final de agosto de 2002, em Joanesburgo, África do Sul, para o Encontro Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que foi denominado de “Rio +10”, onde o objetivo principal era de rever as metas propostas pela Agenda 21, porém as expectativas foram, em parte, frustradas pelos poucos resultados práticos alcançados.

No entanto, em Joanesburgo, pela primeira vez, as empresas multinacionais estiveram fortemente presentes, registra-se a participação ativa de cerca de 200 multinacionais.

Outro sinal da nova presença das empresas no desenvolvimento foi o debate sobre as suas responsabilidades sociais e ambientais. Tal tema era novo num recinto oficial internacional. A proposta feita, há anos, por setores civis, intelectuais e até empresariais, de elaborar um código ético para as empresas, em matéria social e ambiental, enfrentou uma maior resistência. É assim que a responsabilidade da empresa é mencionada no plano de ação e na declaração política, mas de forma bem geral e sem caráter obrigatório (Caminho de Joanesburgo, 2011).

FERRAMENTAS, NORMAS E CERTIFICAÇÕES

As várias normas existentes não se resumem à padronização de procedimentos, elas propiciam à empresa uma ampla reflexão a respeito das ferramentas de gestão a serem utilizadas para garantir o planejamento da evolução sustentável. Elas implicam, sobretudo, na mobilização interna necessária para realizar um diagnóstico detalhado e confiável do comprometimento da organização. Neste sentido, as normas são também parte da estratégia das organizações.

Pode-se verificar que normas nacionais e internacionais de ferramentas da gestão ambiental, foram destacadas neste trabalho, em especial a norma ISO 14000 como norma internacional. Especificamente na área de Responsabilidade Socioempresarial (RSE), o Brasil já possui sua norma (ABNT NBR 16001), que tem caráter de sistema de gestão e propósito de certificação.

Na área ambiental encontramos normas mais avançadas, com instrumentos aceitos e estabelecidos. Elas são úteis para a divulgação da RSE e também por que oferecem modelos já consagrados que podem servir de inspiração para o aprimoramento das normas sociais. A ISO 26000 é umas das novas ferramentas, (Louette, 2007).

ISO 14000

A série de normas ISO 14000 tem como objetivo central um sistema de gestão ambiental que auxilia a organização a cumprir seus compromissos assumidos em prol do meio ambiente. Como objetivos decorrentes, as normas criam sistemas de certificação, tanto das organizações como de seus produtos e serviços, que possibilitam distinguir as empresas que dão atenção à questão ambiental e cumprem os princípios do desenvolvimento sustentável.

As normas da série ISO 14000 não substituem a legislação ambiental vigente no local onde está instalada a organização. Na realidade, elas reforçam a necessidade ao exigirem o cumprimento integral dessa legislação local, para que seja concedida a certificação da organização. As normas também não estabelecem padrões de desempenho, eles devem ser estabelecidos pela própria organização, nos limites compatíveis com sua Política Ambiental (Valle, 2002).

A norma da série que orienta para essa certificação ambiental da organização é a ISO 14001, denominada Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos com Orientações para Uso.

A conformidade com uma norma ISO 14001 tende a reduzir o número de auditorias ambientais independentes exigidas, seja por clientes, agências ambientais ou organismos de certificação.

A decisão de uma organização de aderir às normas da série ISO 14000 constitui certamente um importante passo para a conscientização ambiental de todos os seus colaboradores, influenciando, dessa forma, seus fornecedores e clientes.

Ao escolher uma ferramenta, a empresa deve ponderar entre as limitações e os benefícios de sua escolha. Assim considerará, como adequada, aquela que influencia o comportamento da organização de maneira desejável e previsível, promovendo uma mudança significativa, direcionada e monitorada, que impacta, em diferentes

aspectos, seus processos organizacionais rumo à sustentabilidade do planeta.

PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL

O compromisso de todos os níveis da organização é necessário para implementar a responsabilidade socioambiental na busca da sustentabilidade corporativa. Para tanto, a alta direção deve desenvolver uma política que encoraje o desenvolvimento social, ambiental e econômico, visando o desenvolvimento sustentável e pressupondo a interdisciplinaridade, que compõem o três pilares de RSE, ou seja, os aspectos ambientais, sociais e econômicos. O compromisso contínuo da empresa com o seu comportamento ético e com o desenvolvimento econômico, promove ao mesmo tempo a melhoria da qualidade de vida de sua força de trabalho e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade em geral, e pode e deve estar incorporado à responsabilidade social corporativa.

Portanto, a RSA não deve ser confundida com ações sociais e ser constituída de práticas de filantropia, trabalho voluntário de funcionários ou patrocínio de atividades de outras organizações, como esporte e cultura. Considera-se o conceito de RSA como o dever ou obrigação da organização para responder perante todos seus stakeholders (partes interessadas) pelas consequências ou impactos sociais e ambientais causados por seus produtos, serviços e atividades introduzidas no ambiente público (Itani & Tomelin, 2008).

Diante dessa premissa e de sua complexidade, verifica-se que, para sua implementação e incorporação organizacional, a qualidade da gestão é fator crítico, pois deverá ser gradual e sistematizada, de maneira que possa ser avaliada e acompanhada pelos interessados. Como prevê e orienta um sistema de gestão baseado na ISO 14001, a responsabilidade social da organização, na maioria das vezes, é expressa em ações orientadas para o público interno e as iniciativas externas, quando existem, são voltadas às famílias dos funcionários, às comunidades no entorno das fábricas ou a outros segmentos da sociedade, pois julgam que as ações sociais são atribuições do governo, fundações, igrejas e ONGs. A influência de uma nova postura dos clientes e dos consumidores na interação com as organizações que sejam éticas, com boa imagem corporativa e que atuam de forma ecologicamente responsável, incide sobre o novo contexto econômico (Tachizawa, 2004). Essa idéia confirma a expansão do foco de Responsabilidade Social para Responsabilidade Socioambiental, já que a empresa se compromete com o desenvolvimento sustentável.

Políticas de responsabilidade socioambiental - Para contextualizar as políticas de responsabilidade socioambiental deve-se ter a visão de que a responsabilidade social tem preocupação com o meio ambiente por meio do consumo sustentável, com respeito aos direitos sociais, humanos e dos consumidores com inclusão social e redução da desigualdade. Engloba a preocupação e o compromisso com os impactos causados ao consumidor, no meio ambiente, e entre os trabalhadores bem como a postura da empresa em busca de soluções para

eventuais problemas e a transparência nas relações com os envolvidos nas suas atividades.

A responsabilidade social tem se transformado em parâmetro de referência de excelência para os negócios, desde que sejam abordadas as suas responsabilidades perante a sociedade. É preciso ver a realidade empresarial como um “todo” que, em constante transformação, inclui relações entre inúmeras partes. Basicamente, essas partes podem ser encontradas em quatro ambientes: a economia, onde se inserem as empresas; a política, onde está o governo; a comunidade, ou seja, as pessoas; o meio-ambiente, isto é, a natureza e seus recursos. Segundo Tinoco (2001), a responsabilidade social relaciona-se com o conceito de governança corporativa e de gestão empresarial em situações cada vez mais complexas, nas quais questões ambientais e sociais são importantes para a sobrevivência dos negócios. Insere ainda o contexto da globalização, o que amplia as possibilidades de trocas internacionais, ao mesmo tempo que impõem barreiras nos campos, ético, político, cultural e comercial. Ainda segundo Tinoco (2001), a responsabilidade é convergente com estratégias de sustentabilidade de longo prazo, inclui a preocupação com os efeitos decorrentes da atividade no contexto da comunidade do entorno e exclui as atividades no âmbito da filantropia praticadas pela iniciativa privada.

Stakeholders

O conceito de stakeholder atenta para o fato de que a atividade empresarial não é somente uma transação de mercado, mas uma rede de relações cooperativas e competitivas de um grande número de pessoas organizadas e pela qual muitos indivíduos e grupos empreende esforços para atingir seus fins.

Segundo Freeman (1984), o modelo de stakeholder personaliza as responsabilidades sociais, delineando os grupos específicos ou as pessoas que os negócios devem considerar na orientação da responsabilidade e atuação social. A nomenclatura de stakeholder põe nome e face nos membros da sociedade ou grupos mais importantes para os negócios e mostram quais são mais responsáveis. Stakeholders são grupos que levam ao sucesso e participam das ações das empresas. As demandas destes variam de grupo para grupo, mas podem afetar as atividades de uma organização ou serem afetados por elas, de maneira positiva ou negativa.

De acordo com Fox (2004), as expectativas dos diversos stakeholders têm papel importante como influenciadoras da abordagem corporativa à Responsabilidade Social. No entanto, o atendimento às exigências de stakeholder pode ser considerado apenas uma contribuição básica da adoção de práticas de gestão socialmente responsáveis. (Freshildes, 2006).

A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL

A indústria farmacêutica no Brasil teve o seu nascimento e desenvolvimento no período de 1890 e 1950, mais tardiamente, portanto do que o observado nos países europeus que, já no século XIX, observavam avanços notáveis neste segmento. Segundo Ribeiro (2009), o desenvolvimento inicial da indústria farmacêutica no Brasil, “guarda forte relação com a instituição da saúde

pública, das práticas sanitárias de prevenção e combate às doenças infecciosas e, em especial, com as instituições de pesquisa básica e aplicada”.

O Estado brasileiro teve uma participação importante nos primórdios do desenvolvimento industrial farmacêutico ao incentivar e fornecer recursos para alguns dos primeiros laboratórios farmacêuticos. O Estado contribuiu também para a formação dos primeiros cientistas brasileiros que, posteriormente, se tornaram responsáveis pelo desenvolvimento de planos de saúde pública, produção de soros, vacinas e medicamentos, por parte de empresas pioneiras.

Segundo Abifarma (2009), atualmente o setor industrial farmacêutico é constituído por aproximadamente 369 empresas, sendo 17% delas de capital estrangeiro e 83 % de capital nacional. Concentram-se em sua grande maioria na região sudeste, gerando algo em torno de 50.000 empregos diretos e 250.000 indiretos; só na capital do Estado de São Paulo são 36 indústrias farmacêuticas.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado em duas fases. Na primeira fase constou de revisão bibliográfica e documental, com o objetivo de efetuar o levantamento das principais questões referentes ao tema da pesquisa, bem como, o histórico das ações que levaram o setor empresarial a ter o envolvimento com a responsabilidade socioambiental.

Na segunda fase, foi realizada pesquisa exploratória com o uso de questionários envolvendo empresas do setor químico-farmacêutico, da cidade de São Paulo, que tivessem atividade de produção industrial na região, visando evidenciar o posicionamento delas frente à responsabilidade socioambiental e com relação à questão de gestão ambiental. Dessas empresas pesquisadas foi selecionada uma para estudo de caso.

Os levantamentos de quais indústrias farmacêuticas estavam localizadas na cidade de São Paulo apresentou de início certa dificuldade, pois a indústria farmacêutica no Brasil tem diversos representantes, sindicatos, federações e associações. Foram então escolhidas como referência as seguintes entidades: Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica - FEBRAFARMA, Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM e o Sindicato da Indústria Farmacêutica da Cidade de São Paulo - SINDUSFARMA.

À partir das informações obtidas sobre o segmento chegou-se ao número de trinta e seis empresas na cidade de São Paulo, das quais foram selecionadas para a pesquisa apenas aquelas que mantêm atividade industrial na região, chegando-se assim ao número de quatorze empresas, informação essa obtida por meio de contatos telefônicos e consultas a sites corporativos na internet.

Nessas empresas foram localizados os responsáveis pela área ambiental, principalmente as pessoas ligadas à responsabilidade socioambiental da empresa, por meio de novo contato telefônico, tendo sido então enviado documento por correio eletrônico (e-mail) esclarecendo o objetivo da pesquisa, carta de apresentação da pesquisadora, o questionário a ser respondido, bem como a informação de que os nomes das empresas pesquisadas seriam mantidos em sigilo.

Das empresas que participaram da pesquisa foi selecionada uma para o estudo de caso onde foram analisados

documentos, materiais institucionais de divulgação e realizadas entrevistas. Como a pesquisa do tema RSA nas empresas pode conter algumas especificações ou barreiras que diminuam a confiabilidade da coleta de dados, apenas entrevistas pode não ser a forma de coleta de dados mais indicada, visto que as pessoas ligadas à empresa e à área socioambiental tendem a se manifestar no sentido de conservar uma boa imagem institucional. Desta forma, utilizou-se, no estudo de caso, além da aplicação de questionário, realizado por meio de entrevistas, a análise de práticas de RSA divulgadas pela empresa por meio de comunicação corporativa.

RESULTADOS

Pode-se observar que as empresas que responderam à pesquisa na fase exploratória têm em comum serem empresas de grande porte e multinacionais, sendo duas de origem norte-americana e uma alemã; todas tem sistema de gestão ambiental bem estabelecido, apresentando normas de certificação como a ISO 9001 e a ISO 14001; todas as três afirmaram ter metas e objetivos em relação à gestão ambiental e que as informações são plenamente divulgadas para os seus colaboradores: as três empresas têm setor que cuida fundamentalmente da questão ambiental.

Uma empresa respondeu ter programa de responsabilidade socioambiental há menos de um ano, empresa essa norteamericana, as outras duas empresas informaram ter em suas organizações o programa de RSA há mais de 10 anos; todas responderam ter objetivos e metas em relação a RSA e todos os entrevistados afirmaram que esse programa é plenamente apoiado pela alta administração da organização; foi informado também que elas trabalham em conjunto com a comunidade e, nas três empresas participantes os entrevistados acreditam que a existência de um programa de RSA faz com que a empresa tenha benefícios em seu ramo de atuação.

Estudo de caso

Das empresas que responderam a pesquisa na primeira fase foi selecionada, para o estudo aprofundado, a empresa Bayer S/A, pois ela apresenta em sua estrutura a ação de Responsabilidade Socioambiental há mais de 10 anos, tem em sua estrutura certificações ambientais e, durante a pesquisa exploratória, apresentou maior acessibilidade e disposição a fornecer informações sobre RSA.

O Grupo Bayer foi fundado na Alemanha em 1863 e se consolidou como uma das maiores indústrias internacionais, oferecendo ao mercado produtos e serviços, que abrange os campos da saúde, agricultura e materiais inovadores, por meio das suas três divisões de negócios: agrícola, materiais inovadores e a divisão farmacêutica.

O grupo encontra-se no Brasil há mais de 114 anos e a divisão farmacêutica registrou, em 2010, faturamento global de 16,9 bilhões de euros e ocupa posições de destaque no mercado brasileiro: é a 5ª no segmento de medicamentos de prescrição em unidades e a 8ª em valores, é a 7ª do mercado de Consumer Care e a 2ª maior empresa do segmento de animais de companhia (pets). A empresa conta com um site de produção no Brasil focado na fabricação de medicamentos para saúde humana (Bayer, 2011).

Por meio de entrevista realizada in loco com o Coordenador de Meio Ambiente da empresa, foi observado primeiramente que a empresa tem sistema de gestão de qualidade bem implementado e estabelecido, ela está certificada pela Norma NBR ISO 14001, bem como apresenta políticas ambientais em nível mundial e cronogramas de atividades em relação à política de treinamento de seus colaboradores. Existe setor responsável para cuidar fundamentalmente de gestão ambiental, que também é responsável por cuidar de segurança e saúde, mas um funcionário é totalmente dedicado à questão ambiental.

Segundo o responsável pelo setor, os programas de RSA são plenamente apoiados pela alta administração da empresa e tem como origem as normas e diretrizes da matriz na Alemanha.

Procedimentos e metas de gestão ambiental, bem como RSA são trabalhados em todos os setores da empresa, onde são nomeados facilitadores dentro de cada área, com iniciativa voluntária, para que assim o colaborador esteja interessado em apoiar os projetos da empresa; este facilitador tem a função de observar, no seu dia-a-dia, os aspectos e impactos de suas atividades, criando assim, junto com o setor responsável por meio ambiente e RSA, metas para a melhoria contínua. Segundo informação da empresa são de responsabilidade desses facilitadores: comunicação e multiplicação dos conceitos de meio ambiente para as áreas de sua responsabilidade; revisão e manutenção dos aspectos e impactos ambientais inerentes às áreas de sua responsabilidade; multiplicação e divulgação de treinamentos relacionados ao meio ambiente. O entrevistado considera que os trabalhos no campo de RSA, realizados pela empresa, reforçam a qualidade de sua imagem, produtos e serviços, e também ajudam a integrar a sociedade, organizações e colaboradores que se sentem co-participantes dos negócios da empresa, deixando de forma clara seus processos industriais.

Em relação a RSA a empresa informou que o grupo tem o foco em quatro pilares de atuação – Meio Ambiente, Ciência e Educação, Necessidades Sociais e Cultura e Esportes - mantendo cerca de 300 projetos sociais, mundialmente, com investimentos anuais de 50 milhões de euros.

O grupo desenvolve vinte programas de RSA em todo o País. Desses vinte programas existentes, seis estão totalmente ligados a área farmacêutica e são aplicados principalmente na região da cidade de São Paulo onde está a fábrica de produção industrial da divisão. Desses projetos, três são de cunho ambiental e três de cunho social.

DISCUSSÃO

Os projetos de RSA realizados pela empresa parecem ter efeitos benéficos e fazem com que a empresa seja muito mais aceita por seus Stakeholders, levando assim principalmente a uma maior receptividade dos produtos por parte dos clientes.

O envolvimento com a comunidade ao redor das fábricas da empresa é muito importante para uma boa imagem institucional, principalmente no site que se encontra hoje, próxima a área residencial. Quando a empresa se mostra

parceira de sua comunidade a relação entre essas fica cada vez mais fortalecida e aumenta a confiança recíproca, o que traz benefícios às duas partes envolvidas.

CONCLUSÃO

Entende-se que os acontecimentos históricos como as comissões e os acordos internacionais voltados para tratar do assunto são fundamentais para levantar soluções e orientar práticas para essa temática tão emergente. Em um mundo cada vez mais competitivo, há crescentes exigências às empresas, assim como restrições de mercado que impõe uma série de leis e normas. Uma legislação ambiental séria e o respeito a essa legislação no âmbito empresarial, pode ser inclusive fonte de maior competitividade, de inovação, de implementação de práticas de gestão e melhoria de processos, de produtos e serviços.

O baixo retorno da pesquisa exploratória mostra que as empresas ainda não estão abertas o suficiente para tratar do assunto Responsabilidade Social. Os resultados mostram que empresas de grande porte, principalmente multinacionais, são mais abertas a fornecer informações, tanto em seus sites na internet como por meio do contato pessoal via telefone e correio eletrônico.

Outro ponto que também pode ser considerado é o fato de que empresas que não são certificadas teriam mais receio em fornecer dados, provavelmente por temer o uso dessas informações, e assim não responderam o questionário. Também pode ter ocorrido desinteresse do responsável no recebimento da pesquisa, por não acreditar que a pesquisa pudesse trazer algum benefício ao seu negócio.

Considerando as empresas que responderam o questionário é possível observar que, as mesmas têm resultados positivos em relação à prática de RSA, bem como são certificadas pela ISO 14001, o que acaba sendo de grande interesse dessas empresas divulgarem externamente o seu trabalho. Os resultados mostram também que a política interna de responsabilidade socioambiental se realiza sempre após a instituição ter o sistema de gestão ambiental solidamente implantado, com certificações e políticas de treinamentos de seus colaboradores, sendo assim, mais preparadas para a realização da prática de responsabilidade socioambiental.

Da análise realizada, por meio dos programas de responsabilidade social na empresa do estudo de caso, depreende-se que os projetos são mais ligados ao cunho social do que ao ambiental. A questão ambiental é mais bem desenvolvida dentro das organizações com programas de conscientização, melhoria nos processos industriais, análise de aspectos e impactos ambientais causados pela organização, porém quando se fala de projetos fora dos portões da organização, observa-se que ainda pouco é realizado em relação ao meio ambiente; a empresa do estudo de caso na cidade de São Paulo tem projetos mais relacionados à conscientização ambiental na comunidade.

Das empresas participantes da pesquisa pode-se inferir que elas realmente não estão mais preocupadas apenas em seguir leis, elas querem ir além, procurando a cada dia mostrar de forma clara seus processos industriais e fazer com que as partes interessadas, como organizações,

acionistas, governo, sociedade civil e, principalmente seus clientes, estejam envolvidos em seus projetos.

REFERÊNCIAS

Abifarma. – Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica. Disponível em: <<http://www.fcf.usp.br/Ensino/Graduacao/Disciplinas/Exclusivo/Inserir/Anexos/LinkAnexos/Industria%20farmaceutica%20no%20Brasil.txt.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

Atuação Responsável. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br/atuacaoresponsavel/historico.asp>>. Acesso em fevereiro de 2011.

Barbieri, J.C. Gestão Ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Barsa. O protocolo de Kyoto. In: Livro do Ano 2005. Planeta, 2005.

Bayer – História no Brasil. Disponível em:

<http://www.bayer.com.br/scripts/pages/pt/grupo_bayer/historia/index.php>. Acesso em: 18 fev. 2011.

Caminho de Joanesburgo, Rio +10 Brasil: balanço e perspectivas. Disponível em: <www.ambiente.sp.gov.br/destaque/joanesburgo.htm>. Acesso em: 13 mar. 2011.

Freeman, R.E. Strategic Management: a Stakeholder approach (Boston: Pitman, 1984), p. 76, apud Kim Davenport, “Corporate Citizenship: a Stakeholder Approach for Defining Corporate Social Performance and Identifying Measures for Assessing it” em *Business and Society*, vol 39, Chicago, Junho de 2000, p. 219-219.

Fox, T. Corporate social responsibility and development: in quest of an agenda. *Society for International Development*, Washington, v 47 n. 1, p. 29-36, 2004.

Freshfields – FRESHFIELDS BRUCKHAUS DERINGER. The development and impact of CSR on the construction industry. Briefing, Milão, mai 2006. Disponível em: <<http://www.freshfields.com/publications/pdfs/2006/16830.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2008.

Frey, M.R.; Camargo, M.E. Análise dos indutores da Evolução da Consciência Ambiental. *Revista Qualitas*, 2003. Disponível em: <http://www.uepb.rpp.br/revista_qualitas/artigos_2003/conscienciaambiental.pdf>.

Greenpeace. BHOPAL O desastre continua (1984-2002). Disponível em: <www.greenpeace.org.br/toxicos/pdf/bhopal_desastrecont.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010.

Hagihara, F.B. O Meio Ambiente e a Organização: Um estudo de caso baseado no posicionamento de uma empresa frente a uma nova perspectiva ambiental. (Dissertação de Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

Itani, A.; Rei, F.; Tomelin, N. J – Gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente. – São Paulo: Olha

d'Água, 2008.

Jacobi, P. Meio Ambiente e Sustentabilidade. Revista de Desenvolvimento e meio Ambiente. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.cepam.sp.gov.br>>

Louette, A. Compêndio para a sustentabilidade - Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental - Uma Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável. 1º Ed. Editora: Antakarana Cultura Arte Ciência Ltda. São Paulo. 2007.

Mebratu, D. Sustainability and Sustainable Development: Historical and Conceptual Review. Environmental Impact Assessment Review, 1998. v. 18, p. 493-520.

Ribeiro, IN - INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.fcf.usp.br/Ensino/Graduacao/Disciplinas/Exclusivo/Inserir/Anexos/LinkAnexos/Industria%20farmaceutica%20no%20Brasil.txt.pdf>> Acesso em: 06 out. 2009.

Tachizawa, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócio focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2004.

Tinoco, J.E.P. Balanço Social. São Paulo: Atlas, 2001.

Valle, C.E. – Qualidade Ambiental ISO 14000 – 10ª edição – São Paulo – SP, Editora SENAC, 2002.

Veiga, J.E. A Emergência Socioambiental. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

Vilela Junior, A.; Demajovoric, J. Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: Desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

Vinha, V. As empresas e o desenvolvimento sustentável: da ecoeficiência à responsabilidade social corporativa, 2004. In: MAY, P. H; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. Economia do Meio Ambiente. 1º Ed. Rio de Janeiro: Campus. Cap. 7, p. 173-197.